

Afinal, quem defende a Amazônia?

Mary Allegratti* em 29/05/2005

Fonte: Jornal de Brasília

Estou concluindo na próxima semana o segundo curso sobre a Amazônia para estudantes universitários nos Estados Unidos. O primeiro, no ano passado, foi na Escola de Florestas da Universidade de Yale; o atual é no Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago.

O curso é sobre movimentos sociais e políticas públicas na Amazônia. Procuo explicar como um grupo social pobre, sem influência política nem poder econômico - os seringueiros - conseguiu formular uma política pública de meio ambiente e reforma agrária e implementá-la em toda a Amazônia. Conto a história dos movimentos sociais e o incrível sucesso que é a criação de reservas extrativistas - áreas protegidas para comunidades locais. Explico como essa política é capaz de solucionar conflitos pela terra, gerar equidade social, evitar o avanço do desmatamento, proteger a biodiversidade e criar esperança de vida para milhares de pessoas. E como essa iniciativa, formulada pelos movimentos sociais em aliança com antropólogos, pesquisadores e apoio de ambientalistas internacionais, continua tão importante hoje quanto foi há 15 anos atrás quando foi formulada. Uma raridade em termos de políticas públicas.

O que mais chama a atenção dos alunos durante o curso é o fato de que temos muito a ensinar, a qualquer país, sobre políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente. Nossa legislação é incomparável, já se sabe disso. Mas o acúmulo histórico das práticas, das soluções, das inovações, é algo que deixa pasmos nossos colegas da Amazônia internacional (tive vários alunos de outros países amazônicos) e inquietos nossos parceiros americanos (que não têm muito o que contar ultimamente). De fato, a Amazônia brasileira é hoje um laboratório de soluções criativas, inteligentes, originais, de como resolver conflitos entre sociedade, governo, iniciativa privada e meio ambiente. Complexos sistemas de gestão participativa e paritária estão em vigência hoje na Amazônia, impensáveis em alguns países, mesmo desenvolvidos. O tempo de aula nunca é suficiente para explicar a história de cada projeto, os resultados alcançados e as instituições participantes.

E então, no meio dessas discussões, com os alunos cada vez mais envolvidos, preparando seus trabalhos de final de curso sobre políticas, projetos, alternativas - as taxas de desmatamento são anunciadas e criam uma enorme interrogação: se existe legislação, se o governo não está mais subsidiando o desmatamento, se a sociedade está criando alternativas, se inclusive os empresários estão envolvidos, como explicar que a taxa de desmatamento continua crescendo? É como se todos os avanços fossem uma miragem e todo o trabalho feito até aqui, por tanta gente, um grande desperdício.

Em Yale, para encerrar o curso e lidar com as contradições recentes na Amazônia, organizei um debate público com representantes de diferentes setores: político, acadêmico, científico, empresarial e comunitário(**). Os estudantes e professores ficaram tão impressionados com o nível do debate e a complexidade de tentar dar lógica ao desenvolvimento da maior floresta tropical do planeta que não ousaram sequer um palpite.

Este ano estou tendo que administrar sozinha a repercussão (muito maior do que no ano passado) da taxa de desmatamento, que será objeto de análise da última aula, na próxima terça-feira. Depois de tanta motivação pelo desenvolvimento sustentável, pela complexidade das soluções, pelas leituras feitas, como vou explicar que, apesar de tudo que fazemos de forma tão inteligente, de tantas leis fundamentais que temos e de tanta preocupação dos cientistas e da imprensa sobre o tema, não conseguimos controlar a taxa de desmatamento da Amazônia? Como vou responder à pergunta de um aluno que ficou no ar na última aula - qual a sua opinião pessoal sobre as perspectivas futuras da Amazônia?

Para complicar, as imagens sobre o desmatamento deste ano são cruéis. Não há como escapar. Tenho utilizado imagens em todas as aulas, muitas. Vou ter que mostrar aqueles espaços enormes cobertos de soja sem vegetação, onde sequer as áreas de preservação permanente que a lei exige foram poupadas.

Ao comparar a situação de hoje da Amazônia com aquela na qual surgiu o movimento dos seringueiros, fiquei me perguntando: afinal, quem são os grupos sociais que defendem o controle do desmatamento hoje na Amazônia? Qual a base social de uma política contra o desmatamento? Como evitar o desmatamento se ele continua sendo o meio a partir do qual pequenos agricultores obtêm algum capital além da subsistência e os grandes empresários conseguem expandir seus negócios? Os seringueiros conseguiram inverter a situação quando inventaram os empates contra as derrubadas porque precisavam da floresta para viver. Eram a base social contra o desmatamento, naquele momento, 20 anos atrás. Mas os atuais exploradores dos recursos amazônicos precisam da terra e do produto agrícola que conseguem obter com ela, não da mata. Não há argumento econômico, muito menos ambiental, que os faça recuar.

As ONGs que defendem uma política mais sensata para a Amazônia não têm expressão social. Os parlamentares que defendem a Amazônia, são minoria no Congresso. Os movimentos sociais amazônicos estão ocupados protegendo as enormes áreas que têm sob sua gestão. Assim, afinal, quem de fato está envolvido com a mudança do modelo além da ministra Marina Silva, de sua equipe, de alguns governadores e algumas instituições? Nem o presidente Lula é um adepto do controle do desmatamento porque já percebeu que precisa mais do apoio do agronegócio do que dos ambientalistas.

Da forma como o processo está ocorrendo hoje na Amazônia, com tantos setores utilizando o desmatamento como meio de vida, ou como meio de morte, ou por interesse de curto prazo, ou para aumentar os ganhos no longo prazo, estamos perdendo a guerra. E vamos perder a Amazônia.

Porque não se trata mais de técnica ou de política, mas sim de vontade social de ter a Amazônia pra nós, para os nossos filhos, para os nossos netos e para o planeta. Ninguém vai fazer isso em nosso lugar. Talvez seja necessário um movimento social em defesa da Amazônia aí, legitimamente brasileiro, com informação, com emoção e capacidade de mobilização para empatar a derrubada e dizer: espera aí, assim não! A Amazônia precisa ser respeitada! Porque nós, brasileiros, queremos que seja assim.

Acho que essa vai ser a lição que vou transmitir aos alunos na última aula e que poderá ser útil também para os impasses hoje vividos na sociedade americana: em uma democracia, quando objetivos econômicos privados se tornam muito poderosos e o interesse público fica em último plano, não existe política pública que consiga se sustentar sem o apoio de movimentos sociais. Se os seringueiros foram capazes de fazer isso no passado, por que não seria possível inventar algo parecido no presente?

**Mary Allegretti é antropóloga, professora visitante do Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago*

(**) Participaram do evento: Jorge Viana, governador do Acre; Juarez Leitão, deputado estadual naquele estado e ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros; Sonia Tuccori, executiva da Natura; Eudimar Viana, representante da nova geração de líderes comunitários do Amapá; Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga da Universidade de Chicago; Mauro Almeida, antropólogo da Unicamp e Daniel Nepstad, ecólogo do Woodshole e Ipam - Instituto de Proteção Ambiental da Amazônia.